

VANICE LÍRIO DO VALLE
Procuradora do Município do Rio de Janeiro.
Mestre em Direito pela UNESA.
Doutoranda em Direito pela UGF.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E RESPONSABILIDADE FISCAL:

uma conciliação possível

Editora Lumen Juris

Rio de Janeiro
2005

35.078.6(81)
V181p



Sumário

Abreviaturas	xiii
Prefácio	xv
Introdução	1
Capítulo 1 - Parcerias Público-Privadas e os Desafios ao seu Reconhecimento como Valor para a Sociedade	9
1.1. Modelos de Estado, dicotomia público x privado e a identificação do espaço de atuação no Estado na atividade econômica: o cenário para o surgimento da alternativa das parcerias público x privadas	9
1.2. Planejamento da ação estatal como elemento garantidor da execução das escolhas públicas manifestas nas arenas de decisão	20
1.2.1. A importância crescente do elemento de planejamento na vida em sociedade - fundamentos externos ao âmbito estrito do direito	21
1.2.2. Planejamento da ação estatal e equilíbrio orçamentário – cenário para a introdução do ideal de responsabilidade fiscal	26
1.3. Serviços não exclusivos, alternativas de execução e o princípio da eficiência	31
Capítulo 2 - A Responsabilidade Fiscal como Diretriz para a Celebração de Parceria Público- Privada: Significado dessa Opção	39
2.1. Considerações iniciais	39
2.2. Escolha do negócio a ser executado em parceria, parâmetros de gestão fiscal responsável e estrutura de legitimação da decisão	45
2.3. Ainda a responsabilidade fiscal como diretriz para a opção pela parceria público-privada e a repartição objetiva de riscos	57
2.3.1. Alcance do conceito de risco referido pela Lei 10.079/04	57
2.3.2. A conciliação possível entre prevenção de risco de desequilíbrio as contas públicas e repartição objetiva dos mesmos	60
2.3.2.1. Ação estatal eficiente - Um conceito prévio indispensável	61
2.3.2.2 Ação estatal eficiente - O vetor a indicar o limite possível	

35.078.6(81)
V181p



do compartilhamento de riscos	64
2.4. A responsabilidade fiscal como diretriz para a execução de contrato de parceria público-privada	66
2.5. Efeitos da diretriz de responsabilidade fiscal sobre situações geradoras de solução de continuidade nas parcerias público-privadas	70
2.6. Parcerias público-privadas, responsabilidade fiscal como diretriz à sua concretização e princípio democrático	73
 Capítulo 3 - Uma Leitura de Conciliação dos Requisitos Específicos de Modelagem e Execução	 81
3.1. Considerações Iniciais	81
3.2. Parcerias Público-Privadas, a diretriz de gestão fiscal responsável e sua tripla projeção: o juízo de adequação da oferta em gênero de um serviço em regime de parceria, a decisão pela conveniência da celebração de uma específica parceria e a decisão em concreto de abertura da licitação correspondente	82
3.2.1. Adequação, em tese, de segmentos de e reserva mercado à celebração de parcerias i da lei	84
3.2.2. Aplicabilidade dos elementos de instrução de gestão responsável a cada fase de deliberação quanto à celebração da parceria	88
3.3. Parcerias Público-Privadas, sucessivas etapas de deliberação quanto à sua concretização, premissas e metodologia de cálculo utilizadas	98
3.3.1. Premissas e metodologia de cálculo demonstradoras da responsabilidade da gestão: algumas aplicações práticas	102
3.4. Parcerias Público-Privadas, Diretriz de Responsabilidade Fiscal e Anexo de Riscos Fiscais	111
 Capítulo 4 - Regime Orçamentário Especial em Favor dos Créditos Decorrentes das Parcerias Público-Privadas: Ainda uma Possibilidade	 117
4.1. A colocação do problema: regime especial no plano da execução orçamentária e das garantias em favor do parceiro privado - privilégio ou estratégia?	117
4.2. Decodificando as providências cogitadas: prioridade na liberação orçamentária e no pagamento, conteúdo e (in)admissibilidade de tais práticas	121
4.3. Vicissitudes na execução orçamentária: descompasso entre as previsões de receita, a realidade financeira e o dever de imposição de limitações ao empenhamento - cenário na LRF	130

35.078.6(81)
V181p



4.4. Regime especial de execução orçamentária: parcerias público-privadas, endividamento dos entes públicos e responsabilidade fiscal	137
4.4.1. Os conceitos da LRF no tema genérico do endividamento: dívida pública consolidada, conceito que não importa especial limitação à celebração de PPPs	140
4.4.2. Os conceitos da LRF no tema genérico do endividamento: operações de crédito, (descaracterização como tal na celebração de PPPs 1	144
4.4.2.1. Utilidade teórica do conceito de operações de crédito e dificuldades em concreto de sua perfeita delimitação	144
4.4.2.2. Operações de crédito e o caráter puramente eventual de sua presença nas parcerias público-privadas	150
Considerações Finais	159
Bibliografia	163

